

## Turismo, Património e Territórios o papel dos enquadramentos legislativos nos desempenhos profissionais



A desregulamentação das carreiras profissionais no sector do turismo, motivada pela EU e sustentada na legislação nacional sequente, de 2009 e 2011, apresenta, por um lado, ameaças e, por outro, cria oportunidades. Pesados os prós e contras afigura-se-nos que a legislação pode significar o alavancamento de um novo processo de criação e desenvolvimento de novas dinâmicas profissionais num sector que, apesar da

crise mundial, continua em crescimento. Em 2009 iniciou-se esta mudança de modelo profissional, através da intervenção da Assembleia da República que produziu a Lei n.º 9/2009 de 4 de Março, que “Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2005/36/CE, do Parlamento e do Conselho, de 7 de Setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e a Directiva n.º 2006/100/CE, do

Conselho, de 20 de Novembro, que adapta determinadas directivas no domínio da livre circulação de pessoas, em virtude da adesão da Bulgária e da Roménia.” Esta base jurídica foi secundada pelo Decreto-Lei nº 92/2011, de 27 de julho. Refere-se no preâmbulo deste que, “O presente decreto-lei simplifica o acesso a diversas profissões através da eliminação de cursos de formação obrigatória, certificados de aptidão profissional e carteiras profissionais, facilitando o acesso às profissões cujo regime é agora alterado.” Também se refere no final do texto introdutório que, “Para o desenvolvimento do SRAP, é criada a Comissão de Regulação do Acesso a Profissões (CRAP) cuja composição acolhe a participação das áreas governamentais responsáveis pelos sectores de atividade relevantes para as profissões a regulamentar, bem como a ponderação de interesses representados pelos parceiros sociais. Esta Comissão dá parecer sobre a eventual fixação de requisitos adicionais de acesso a determinada profissão, garantindo

que não são estabelecidos requisitos desproporcionados e restritivos da liberdade de escolha e acesso a profissões mas também a atividades profissionais em geral, pela imposição de reservas de atividade. Estabelece-se ainda o princípio geral de que as atividades profissionais associadas a determinadas profissões não são reservadas, salvo estipulação legal em contrário.” Leitura mais detalhada também nos fornece outros dados: como se lê no Artigo 2.º, nº 1, “O SRAP integra a: a) Simplificação e eliminação de barreiras no acesso a profissões e atividades profissionais, incluindo as constantes do anexo ao presente Decreto-Lei, do qual faz parte integrante; b) Criação de Comissão de Regulação do Acesso a Profissões; c) Regulação da certificação de competências profissionais obtidas através do SNQ, instituído pelo Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de Dezembro.” Lemos, também o Artigo 4.º, “Requisitos específicos e adicionais necessários ao acesso das profissões” onde os itens a considerar são: “1 — A definição dos requisitos específicos necessários e adequados para o acesso a cada profissão deve respeitar os correspondentes referenciais de qualificação constantes do CNQ, neles se incluindo: a) O perfil profissional; b) O referencial de formação; c) O referencial de competências profissionais”. Neste cenário, a abolição de carteira profissional e de outros pré-requisitos anteriormente obrigatórios, em vastos campos da atividade profissional e, especificamente, na atividade turística, pode ser vista sob 2 pontos de vista: o ponto de vista tradicional, que considera a corporação de profissionais como garante da

qualidade e da evolução qualitativa de desempenho, regulado pelos representantes dos seus profissionais e, portanto, acreditando pouco na bondade desta medida de política; o ponto de vista moderno, que apresenta visão de futuro, considerando que a competitividade entre profissionais e a livre regulação dos vínculos contratuais terão o seu papel no incremento dessas atividades e na sua qualificação, forçadas, ambas, pelas dinâmicas competitivas e mudanças de paradigmas num sector tão dependente de tendências de consumo, de culturas de mimetismo, de descobertas culturais de vanguarda, de criação cultural ininterrupta, de reinvenção de destinos turísticos e de outras variáveis a considerar.



Contudo, genericamente, continua a haver uma regulação interna de perfis profissionais, de acesso condicionado ao exercício da profissão, mormente, no caso das exigências de carteiras profissionais, que se compreende em sectores sensíveis como

a saúde, os transportes aéreos, etc., de riscos muito altos para a vida humana, e há uma oportunidade de implementar a regulação externa, no caso dos acessos livres ao exercício profissional. Esta segunda via, abarca as atividades que pela sua natureza apresentam menores riscos para a integridade das pessoas e, nessa lógica, menos regulamentada e escrutinada pela fiscalização do Estado, por razões óbvias (não confundível, contudo, com menos exigência no desempenho profissional e cumprimento das normas gerais de segurança e higiene no trabalho). Assim, são revogadas as portarias e os decretos-lei que ainda contemplavam estatutos de carteira profissional obrigatória para o acesso à profissão. Lembre-se, a propósito, que também se enfatiza neste documento que, em sede de Sistema de Regulação de Acesso a Profissões, “O SRAP parte assim da liberdade de escolha e acesso à profissão, que apenas pode ser restringido na medida do necessário para salvaguardar o interesse público ou por razões inerentes à própria capacidade das pessoas.” Nesta lógica, o decreto-lei nº 519-F/79, de 28 de dezembro é revogado no tocante às seguintes profissões na área do Turismo: Profissionais de Informação Turística; Motorista de Turismo; Transferista; Guia intérprete regional; Guia intérprete nacional; Correio de turismo; Recepcionista de turismo. É revogado também o despacho publicado no Diário do Governo, nº 122, de 28 de maio de 1947 no que respeita às seguintes profissões: Chefe de recepção; Recepcionista de hotel; Porteiro; Governanta de andares; Governanta de roupa/lavandaria;

Empregado de andares; Empregado de roupa/lavandaria; Chefe de mesa; Empregado de mesa; Cozinheiro; Pasteleiro; Escanção; Empregado de bar e Ecónomo. De resto, esta intervenção legislativa foca as áreas seguintes: Cultura, Informação médica, Turismo, Economia, Sector Aeroportuário, Área industrial, Área Administrativa e, por fim, outras profissões tais como, Formador, Treinador de Futebol e Bombeiro. Do que se trata, no domínio do Turismo, não é o de baixar os níveis de exigência e sua regulação entre pares e entre operadores e promotores turísticos mas, apenas, a desvinculação da obrigatoriedade de requisitos adicionais e da carteira profissional, a bem da celeridade dos negócios e do presumível aumento da qualidade de prestação de bens e serviços. É apenas essa questão de enquadramento jurídico específico que muda? Não esqueçamos o conceito de “ (...) *que apenas pode ser restringido na medida do necessário para salvaguardar o interesse público ou por razões inerentes à própria capacidade das pessoas*”, é interpretação que, em sede de medidas de política concretas, ainda dará, certamente, assunto para ampla discussão e disputa pelos atores do setor. Não esqueçamos, porém, que tal como se refere também no preâmbulo do decreto-lei de 2011, “(...) *O presente decreto-lei simplifica o acesso a diversas profissões através da eliminação de cursos de formação obrigatória, certificados de aptidão profissional e carteiras profissionais,*

*facilitando o acesso às profissões cujo regime é agora alterado.*”, significando esta afirmação do legislador, que se pretende criar maior agilidade, compreensível, no desempenho das profissões em apreço. As associações de direito público, as academias, os empregadores, todos os agentes do setor turístico, em suma, devem participar na ampla discussão que estas medidas propõem, bem como no melhor encaminhamento das decisões a tomar. Neste sentido, a participação de todos é crucial para o crescimento qualificado da marca Portugal. O empreendedorismo e a inovação, a mudança de paradigma produtivo e social não podem ser compagináveis com estruturas e modelos de concretização profissional da era industrial, como sabemos. Os “vazios urbanos” e os “vazios rurais” designações coladas aos lugares míticos das antigas instalações fabris e afins, não refuncionalizadas para outros fins, atestam esta realidade da paisagem nacional. O combate contra estes vazios faz-se com iniciativa e integração dos interesses dos vários atores territoriais. O paradigma da refuncionalização presente na “Lx Factory”, localizada no tradicional bairro operário de Alcântara, em Lisboa, em <http://www.lxfactory.com/PT/lxfactory/>, demonstra, como processo gradual de recomposição cidadina, essa radical transformação que a globalização da economia fez acontecer e, como ativação do património do “lugar” significa futuro,

muito futuro. A sua mimetização para outras geografias está acontecendo e é um bom augúrio para o sucesso de algumas iniciativas locais, nomeadamente municipais. Os tempos pós-modernos, independentemente dos nossos juízos de valor, também esboroaram as estruturas em que assentavam muitas carreiras profissionais, como todos sabemos. Essa questão não merece sequer lamentos nostálgicos mas, pelo contrário, realismo de observação dos factos e correspondente e necessária acção. Em 1993, na obra “A Pós-Modernidade”, edição das Publicações Europa-América, a pp.152, Barry Smart referia: “*É evidente que estamos a atravessar um período de transformações consideráveis, um período em que parecemos defrontar-nos cada vez mais com as complexas consequências de um processo de globalização e com as dificuldades paralelas, e em muitos aspectos relacionadas, associadas com a (re) emergência de uma multiplicidade de identidades e de afinidades locais.*” Estaremos todos nós preparados para implementar a mudança que se impõe através desta abertura e da oportunidade que a União Europeia e o nosso Estado, na sua missão de reguladores e regulamentadores, instauram e suscitam no domínio do Turismo?

**Luís Mota Figueira**

Diretor Executivo do CESPOGA



# Lançamento do livro “Cultura e Artes da Pesca Tradicional no Rio Tejo em Ortiga – Mação”

*Lançamento do Livro*

## **“Cultura e Artes da Pesca Tradicional no Rio Tejo em Ortiga – Mação”**

*de João de Matos Filipe*

**19 Dezembro 2012 // 17h00**

Instituto Politécnico de Tomar

Auditório Prof. Doutor José Bayolo Pacheco de Amorim



**esgt.ipt**  
Escola Superior  
de Gestão de Tomar  
Instituto Politécnico de Tomar



**cespoga.ipt**  
Centro de Estudos  
Politécnicos  
da Golegã



Decorreu no passado dia 19 de Dezembro, o lançamento do livro “Cultura e Artes da Pesca Tradicional no Rio Tejo em Ortiga – Mação”, da autoria do Dr. João de Matos Filipe, que contou com a colaboração do Instituto Politécnico de Tomar, através do Centro de Estudos Politécnicos da Golegã e com a edição do Jornal O Mirante.

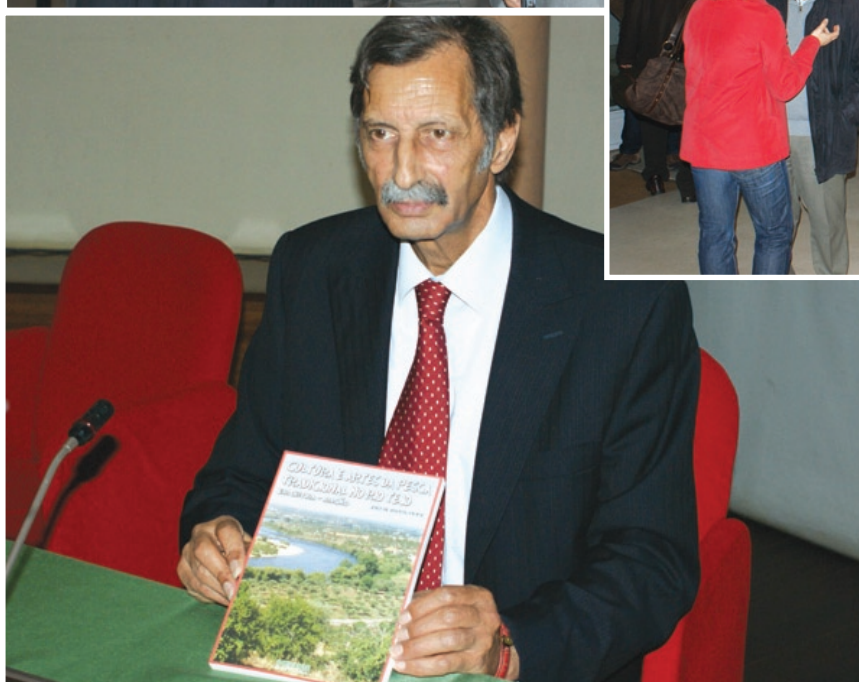
O evento teve lugar no Auditório Doutor José Bayolo Pacheco de Amorim, no campus do Instituto Politécnico de Tomar, onde estiveram reunidos cerca de 70 participantes.

A sessão foi iniciada pelo Senhor Presidente do Instituto Politécnico de Tomar, Doutor Eugénio Pina de Almeida, que apresentou cumprimentos a todos os presentes e envolvidos neste projeto, tendo sido a apresentação do livro realizada pelo Doutor Luís Mota Figueira, Diretor dos cursos de Licenciatura em Gestão Turística e Cultural e de

Mestrado em Desenvolvimento de Produtos de Turismo Cultural da Escola Superior de Gestão de Tomar e Diretor Executivo do CESPOGA, a que se seguiram as intervenções do Dr. Joaquim António Emídio, Diretor do Jornal O Mirante e do Doutor Carlos Cupeto, em representação do Eng.º Manuel Lacerda, Vice-Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente.

Por último, o autor do livro, Dr. João de Matos Filipe, natural de Ortiga – concelho de Mação, licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, realizou uma breve apresentação da obra, destacando alguns temas mais curiosos e diferenciadores presentes na mesma, assumindo o levantamento do passado cultural, social e económico da comunidade piscatória de Ortiga – Mação como a essência deste projeto.





# Ciclo de Conferências

## “Economia, Empreendedorismo e Turismo: Territórios Criativos”

No atual quadro socioeconómico e institucional em que os recursos são escassos e as restrições são muitas, há que reorientar as instituições para o trabalho que lhes compete em termos de missão e, portanto, o CESPOGA – Centro de Estudos Politécnicos da Golegã, ciente deste facto inelutável, decidiu promover uma série de encontros com Personalidades empresariais e da vida académica e pública que, como massa crítica do território que habitamos, nos dão garantias de discutir futuros e elencar cenários que nos tornem, cada Organização e cada Indivíduo mas, também, cada Projeto e cada Sonho, em objetos de atenção, de esperança e de concretização.

O título sugestivo de “Economia, Empreendedorismo e Turismo: Territórios Criativos” pretende ser um pretexto para que cada uma das sessões programadas contribua, no final destes cinco meses de intervenção, a podermos estabelecer balanços entre, como iniciámos e como finalizámos este Ciclo, e perspetivar como fomos capazes de tematizar problemas e apontar eventuais soluções, criar pontos de convergência e clarificar, sanar ou aprofundar divergências, enfim, apresentar o que, nesta temática geral e dentro da orientação dada em cada mês, fomos capazes de realizar. Temos como lema de trabalho que a triangulação entre Território, Populações, Organizações é fundamentalmente uma abordagem, desejavelmente marcada em profundidade e inerente a qualquer processo de desenvolvimento. No caso e de olhos postos na visão global, ilustrada pelos exemplos locais e regionais que certamente virão a público, queremos construir mais e melhor conhecimento

útil para que cumpramos, o melhor que pudermos, a nossa missão institucional: contribuir com o nosso trabalho para o desenvolvimento de base territorial que, como todos sabemos, deve assentar em parcerias de geometria variável.

A todos os convidados que aceitaram o nosso convite é devido um agradecimento pessoal e institucional pelo que significa partilharem connosco o seu Conhecimento e visão de mundos, bem como escutarem as nossas dúvidas e ajudarem a esclarecer as nossas incertezas num tempo em que o Saber é um dos valores que nos podem tornar ainda mais resilientes e ganhadores dos desafios de todos os dias.





## Ciclo de Conferências

# Economia, Empreendedorismo e Turismo: Territórios Criativos

janeiro a maio 2013

**Equuspolis » Golegã**

**Entrada Livre**

### PROGRAMA

**16 janeiro 2013 » 18h00**

Empreendedorismo e o Futuro  
dos Territórios

#### Oradores

Jorge Simões  
Professor Adjunto  
do Instituto Politécnico de Tomar  
Jorge Emanuel Pereira  
Empresário - Restaurante "O Barrigas"

**20 fevereiro 2013 » 18h00**

Hotelaria, Turismo  
e Desenvolvimento Económico

#### Orador

Vítor Pais  
Diretor do Hotel dos Templários

**20 março de 2013 » 18h00**

Economia, Territórios e Inovação

#### Oradores

Manuel Reis Ferreira  
Equiparado a Professor Adjunto  
do Instituto Politécnico de Tomar  
Vítor Vergamota  
Presidente da Associação Nacional  
de Turismo Equestre

**17 abril 2013 » 18h00**

Património Ambiental e Turismo

#### Oradores

Cecília Baptista  
Professora Adjunta  
do Instituto Politécnico de Tomar  
João Carlos Farinha  
Chefe de Divisão de Valorização  
de Áreas Classificadas - ICNF

**22 maio 2013 » 18h00**

Economia, Empreendedorismo e Turismo:  
A Criatividade na Vila da Golegã

#### Oradores

Luís Mota Figueira  
Professor Coordenador  
do Instituto Politécnico de Tomar  
Diretor Executivo do Centro  
de Estudos Politécnicos da Golegã

José Veiga Maltez  
Presidente da Câmara Municipal  
da Golegã

Mais informações em:  
**[www.cespoga.ipt.pt](http://www.cespoga.ipt.pt)**



**cespoga.ipt**  
Centro de Estudos  
Politécnicos  
da Golegã





# Conferência “Empreendedorismo e o Futuro dos Territórios”



Ciclo de Conferências  
Economia,  
Empreendedorismo  
e Turismo:  
Territórios Criativos

## *“Empreendedorismo e o Futuro dos Territórios”*

16 janeiro 2013 » 18h00

Equuspolis » Golegã  
Entrada Livre



Oradores  
**Jorge Simões**  
Professor Adjunto  
do Instituto Politécnico de Tomar  
**Jorge Emanuel Pereira**  
Empresário - Restaurante “O Barrigas”

Mais informações em:  
[www.cespoga.ipt.pt](http://www.cespoga.ipt.pt)

CESPOGA . Palácio do Pelourinho . 2150 Golegã . T: 249 977 309 . [cespoga@ipt.pt](mailto:cespoga@ipt.pt) . [www.cespoga.ipt.pt](http://www.cespoga.ipt.pt)



Um auditório preenchido, duas excelentes apresentações e um debate profícuo, fizeram desta Conferência, realizada no passado dia 16 de Janeiro no Equuspolis – Golegã, no âmbito do Ciclo de Conferências “Economia, Empreendedorismo e Turismo: Territórios Criativos”, um espaço de reflexão e de discussão de significativa importância e qualidade para a região.

A abertura da Conferência contou com a presença e participação do Senhor Presidente da Câmara Municipal da Golegã, Dr. José Veiga Maltez, que, enaltecendo o pertinente significado do Empreendedorismo no contexto dos Territórios, apresentou os resultados da estratégia local como exemplos de um território empreendedor e criativo, e, igualmente, do Senhor Diretor do Centro de Estudos Politécnicos da

Golegã, Doutor Luís Mota Figueira, que enquadrou a missão do Instituto Politécnico de Tomar e do CESPOGA no contexto do desenvolvimento de base territorial, salientando a importância do princípio de transferência do Conhecimento da Academia para o Território, e sublinhando a relevância deste tipo de ações de interesse transversal aos diferentes agentes de desenvolvimento local.





Os trabalhos da Conferência iniciaram-se com a apresentação do Doutor Jorge Simões, Professor Adjunto do Instituto Politécnico de Tomar, que incidiu, numa primeira fase, na contextualização concetual do Empreendedorismo e, posteriormente, na descrição de indicadores que demonstraram a realidade empreendedora nacional. De seguida, numa perspetiva mais prática, o Senhor Jorge Emanuel Pereira, Empresário e proprietário do Restaurante O Barrigas, relatou o seu

percurso profissional e as suas apostas empreendedoras, culminando com uma análise da atual realidade do setor da restauração em Portugal.

Do período de discussão final, dinamizado pelo Doutor Luís Mota Figueira, retiraram-se conclusões e obtiveram esclarecimentos sobre casos concretos de iniciativas empreendedoras de sucesso, assim como de outras sem sucesso, que, conforme expresso pelos oradores convidados, são igualmente importantes de referir e de se assumirem como objetos de estudo, e sobre o mercado, a competitividade e a diferenciação no setor da restauração.

**No próximo dia 20 de Fevereiro, pelas 18h00, no Equuspolis – Golegã, realizar-se-á o segundo momento deste mesmo Ciclo de Conferências, com a Conferência “Hotellaria, Turismo e Desenvolvimento Económico”.**

**Mais informações em [www.cespoga.ipt.pt](http://www.cespoga.ipt.pt).**

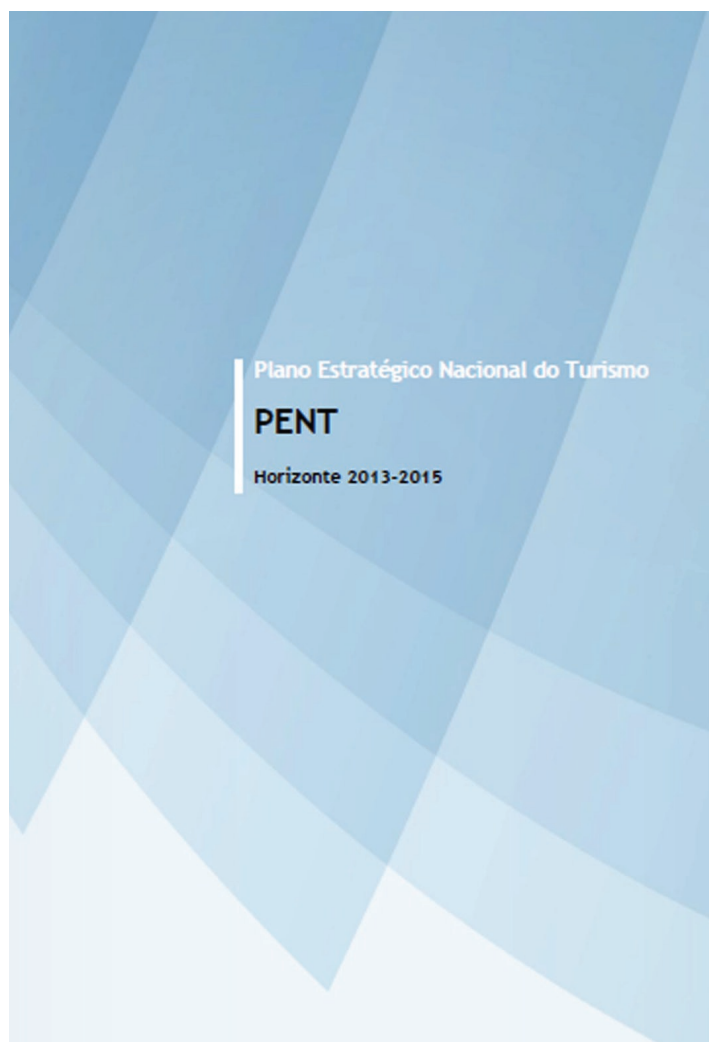
# Turismo Militar no Plano Estratégico Nacional do Turismo

A revisão do Plano de Desenvolvimento Turístico no Horizonte de 2015 – Plano Estratégico Nacional do Turismo, encontra-se disponível, para consulta pública, no portal do Governo de Portugal (ver [www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-economia-e-do-emprego/mantenha-se-atualizado/20130111-set-consulta-publica-pent.aspx](http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-economia-e-do-emprego/mantenha-se-atualizado/20130111-set-consulta-publica-pent.aspx)).

Esta revisão, segundo a mesma fonte, “(...) decorre da necessidade de adaptar o PENT em vigor, que foi desenvolvido para o horizonte temporal 2006-2015, às mudanças estratégicas aprovadas pelo Programa do XIX Governo e ajustá-lo ao período de instabilidade nos mercados financeiros e crescimento económico bastante moderado da economia europeia, principal emissora de turistas para Portugal.”

No quarto capítulo deste documento, encontra-se um espaço reservado para a apresentação dos 8 programas de desenvolvimento e implementação desta nova proposta de estratégia direcionada para 2013-2015, compostos por 38 projetos. Através de uma análise mais restrita, constata-se que o “Programa de Destinos Turísticos”, que apresenta, igualmente, um conjunto de projetos no sentido de desenvolver destinos turísticos sustentáveis, destaca, na página 73 do mesmo documento, a alínea “d) Turismo Militar e Turismo Científico”.

Desta forma, o Instituto Politécnico de Tomar, através dos Cursos de Licenciatura em Gestão Turística e Cultural e de Mestrado em Desenvolvimento de Produtos de Turismo Cultural, o Centro de Estudos Politécnicos da Golegã e o TURIMIL – Grupo de Trabalho de Turismo Militar, constata, a nível institucional e de governança política, a doutrina onde se insere a materialização do Projeto Turismo



Militar IPT, iniciado em 2006, assim como a exequibilidade e pertinência de se continuarem a desenvolver contributos teóricos e de aplicação prática, no âmbito do Turismo Militar e da ativação turística do património histórico-militar nacional, no território nacional e no espaço lusófono.







---

#### Ficha Técnica

**Coord. Científica**  
Luís Mota Figueira

**Coord. Técnica**  
João Pinto Coelho

**Design**  
Gabinete  
de Comunicação  
e Imagem